



FALANDO SOBRE MULHERES A PARTIR DE MULHERES – O FEMININO ENTRE OS ANOS DE 1970 E 1989 NO BRASIL

Raphaela Souza dos Santos¹

“Ó mãe me explica,
Me ensina
Me diz o que é feminina?
Não é no cabelo
Ou no denço ou no olhar
É ser menina por todo lugar”
Feminina – Quarteto em Cy

A música nos remete a um questionamento sobre o que é ser “feminina”. Para a compositora, a feminilidade não estaria no cabelo, nem no olhar. Feminina seria ser menina por todo lugar. Judith Butler, importante referência dos estudos feministas, propõe a identidade de gênero como aquela que antecede as outras identidades. Para ela, “as ‘pessoas’ só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero” (BUTLER, 2003. Pág. 37), algo que talvez se relacione com o questionamento da menina diante de sua mãe, pedindo para que ela lhe ensine “o que é feminina”.

Onde estaria então a feminilidade? Ou melhor, será que podemos encontrá-la em algo palpável? Ela se constitui de diferentes formas, ou é preciso certos determinantes para que alguém ou algo se torne feminina? Questionamentos como esses têm me conduzido por leituras e causado inquietações desde a finalização de minha dissertação, há alguns meses.

Aproximei-me do campo de estudos de gênero durante o curso de Mestrado quando, na realização do trabalho de campo, deparei-me com falas de mulheres sobre a condição feminina. Naquele momento, a produção de conhecimento oriunda do movimento feminista desempenhou um importante papel nas minhas discussões sobre o conceito. Entrei em contato com revistas acadêmicas organizadas por teóricas feministas, que desde os anos 90, circulam no Brasil, voltando-se para os estudos de mulheres, de gênero e feminismos, trazendo traduções importantes para os núcleos e grupos de pesquisas que se dedicam à esses temas.

Desse modo, seriados na televisão, entrevistas em jornais e revistas sobre o tema, políticas públicas voltadas para as mulheres, movimentos sociais organizados e compostos por mulheres, sites e blogs na internet passaram a ser objetos da minha atenção. Os estudos de mulheres e gênero compuseram uma espécie de lente através da qual eu passei a perceber o mundo. E num misto de

¹Doutoranda em História Social pelo PPGH/UFF. E-mail de contato: raphaelass@yahoo.com.br.



aprofundamento de alguns interesses e de delimitação de um novo objeto de pesquisa, meu projeto de doutorado se estabeleceu.

Os movimentos feministas como objeto de pesquisa

Selecionei como recorte temporal as décadas de 1970 e 80 pois é deste período a reorganização dos movimentos feministas em diversos grupos e núcleos de pesquisas, associações, entre outros movimentos organizados.

Os movimentos de mulheres que surgiram na década de 1970 foram compostos, inicialmente, por mulheres das camadas médias, na maioria intelectualizadas, que buscavam novas formas de expressão da individualidade. Essas feministas compunham sindicatos e partidos políticos, além das associações citadas anteriormente, e buscavam criar uma linguagem própria, capaz de orientar seus rumos na construção da identidade das mulheres como novos atores políticos. Questionavam não só a opressão machista, mas os códigos da sexualidade feminina e os modelos de comportamento impostos pela sociedade de consumo. Existiram também outros movimentos de mulheres, sobretudo nas grandes cidades, que não se consideravam feministas apesar de reivindicar melhoria para as mulheres².

Considerando a pluralidade desse movimento, algumas teóricas³ levantaram definições para os mesmos, classificando-os em vertentes. Estas se constituiriam levando-se em consideração postulados fundantes ou as principais reivindicações. Não gostaria de me arriscar em classificar os feminismos, mesmo admitindo que há diferenças entre os grupos, uma vez que entendo que tais amarras escamoteiam a complexidade que os envolve. É provável que um mesmo grupo de feminista tenha uma filiação teórica que o encaixaria em uma vertente, e não por isso, ele deixaria de reivindicar determinadas mudanças que segundo as classificações correntes, colocariam-no em vertente distinta.

Num segundo momento, é preciso considerar as construções discursivas que esses movimentos fizeram circular através da imprensa jornalística. No período de interesse do projeto, eram publicados vários jornais, em diferentes cidades do país, cuja editoração era de responsabilidade de grupos de mulheres.

O jornal “O Mulherio”, que circulou entre os anos de 1981-88, apresentou em sua edição de março-abril de 1981, um artigo da antropóloga Eliane Robert Moraes, no qual a autora explicava o

2 RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o Gênero. 2008.

3 Ver SAFFIOTI, 1987 e também AVELAR, 2001.



nome do jornal: “Sim, nós vamos nos assumir como Mulherio e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e consequente, mas não mal-humorada, sisuda ou dogmática.” A autora do artigo escolhe determinadas características em detrimento de outras para caracterizar aquelas que estariam produzindo o jornal. O “mulherio” reuniria beleza, força e dignidade, ao invés de sisudez, dogmas e mal-humor.

Em artigo sobre o uso da zombaria como arma anti-feminista, Soihet discute “a utilização dos discursos cômicos e/ou da palavra espirituosa como arma, a fim de manter a inferioridade feminina”⁴, algo que nos remete às construções de gênero. Para esta historiadora, alguns jornalistas que atuaram no período que compreende as décadas de 1970 e 80 no Brasil, restauraram alguns estereótipos contra as feministas. Estou me referindo as citações que Soihet utiliza do periódico *O Pasquim*, semanal editado nos tempos da ditadura que adotava “pluralidade ideológica e suprapartidária”⁵. Seguindo ela:

Ao comentar uma série de reportagens que a revista *Realidade* vinha fazendo sobre o que as mulheres pensavam do homem brasileiro, Millôr Fernandes, um dos principais membros de *O Pasquim*, refere-se às feministas de uma forma grosseira, identificando o seu anseio de emancipação com o desejo de uma simples promiscuidade sexual: ‘por serem emancipadas e se terem dado assombrosamente bem na emancipação, elas resolveram que não bastava só deitar com quem bem entendeu (pois o que se chama emancipação é, em geral, deitar com quem bem entender) e resolveram também deitar filosofia’. (SOIHET, 2005, p. 597)

Dessa forma, jornalistas reforçando antigos estereótipos sobre as mulheres disputavam espaço com outros que tentavam fazer com que a sociedade daquela época incorporasse uma forma de entendimento das relações entre mulheres e homens, para além do binômio subordinação/dominação. Não restam dúvidas sobre as transformações vivenciadas pelas mulheres daquelas décadas⁶. Estão entre os acontecimentos daquele tempo: a alteração no Código Civil, que teve o Código da Mulher Casada suprimido em 1962; a adoção do sistema de cotas no Congresso Nacional, que obrigou os partidos políticos a inscreverem no mínimo 20% de um determinado sexo a partir de 1966; a Lei do Divórcio, de 1977; a já citada reorganização do movimento feminista; os seriados na televisão aberta que tiveram como tema os papéis femininos e os “lugares de mulher”, como foi o caso de “Malu Mulher”; e ainda, os discursos e enunciados da imprensa feminina que registraram uma mudança significativa no que se refere a sexualidade, como foi o caso da revista “Cláudia”.

4 SOIHET, Rachel. A zombaria como arma anti-feminista. 2005.

5 Idem, p. 594

6 O site Agende – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento dispõe de uma cronologia do movimento feminista durante o século XX, que, em partes, serviu de base para a construção desse conjunto de idéias. In: <http://www.agende.org.br/cronologiafeminista/brasil.php>, acesso em 15/06/2009.



Esse conjunto de questões é chamado por Goldberg (1987 apud Cardoso, 2004) de “processo modernizador da libertação sexual e profissionalização das mulheres”. Segundo essa autora, esses acontecimentos marcam a modernização dos costumes e as mudanças de mentalidade da mulher brasileira. Com a alteração no Código Civil as mulheres ganharam a possibilidade de exercer atividades assalariadas sem que para tanto precisassem de autorização do marido. Este, no entanto, continuou a ser considerado o chefe da sociedade conjugal.

Além disso, Goldberg ressalta também os novos hábitos e comportamentos sociais, que seriam, segundo ela, pregados pelas recém-lançadas revistas *Cláudia* e *Nova*, da Editora Abril. Tais publicações traziam matérias sobre a atualidade; tratavam suas leitoras como consumidoras apresentando-lhes sistemas de escolha, compra e uso de produtos; apresentavam em seus artigos temas como insatisfação na vida conjugal, frustrações, medos, desejos; enfim, temas e questões que permeavam a vida das mulheres daquela época⁷.

O embate de/por memórias dos feminismos

Joan Scott (1992) argumenta que como toda narrativa, a do movimento feminista também possui variações. Por isso, propõe uma narrativa da história das mulheres, atenta à necessidade de pensarmos o campo de estudos sobre as mulheres como um estudo dinâmico na política da produção de conhecimento. Daí a necessidade de compreender a atuação dos feminismos, enquanto movimento social, na transformação da produção e divulgação do conhecimento.

Análises de historiadoras que estudam o período que envolve as décadas de 70 e 80 no Brasil, e ainda as memórias de algumas feministas que vivenciaram os processos de revitalização (talvez outro termo) desse movimento social, constituem narrativas sobre o ressurgimento dos feminismos no Brasil. É importante destacar que para além da busca pela “verdadeira” origem do feminismo, é necessário considerar as disputas que envolvem/envolveram os processos que evidenciam determinados acontecimentos como impulsionadores do feminismo e não outros.

Em algumas narrativas o ano de 1975, definido pela ONU (Organização das Nações Unidas) como o Ano Internacional da Mulher, foi o momento a partir do qual se deu o ressurgimento do feminismo no Brasil. Isto teria acontecido através da organização de dois congressos (realizados em São Paulo e Rio de Janeiro) que deram origem a centros de referência para mulher, dentro dos quais realizavam-se pesquisas, reflexões, produziam jornais, etc. Pedro (2006) enfatiza as narrativas que

⁷ Cardoso, Ciro F. *Domínios da História*. 2004



contradizem essa versão, até então, “oficial”. Neste trabalho, ela comenta a atuação de feministas que atuaram antes mesmo desse congresso.

Aquelas mulheres objetivavam, com maior ou menor intensidade, implementar um novo projeto para o comportamento feminino, a atuação política, o desempenho dos papéis sociais, enfim, deixar determinados lugares até então ocupados e tomar outros enquanto possibilidade, instituindo um caráter político aos movimentos feministas.

Para Louro é esse caráter político que constitui uma das mais significativas marcas dos Estudos Feministas. Para ela:

Objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção, que haviam se constituído, convencionalmente, em condições indispensáveis para o fazer acadêmico, eram problematizados, subvertidos, transgredidos. Pesquisas passavam a lançar mão, cada vez com mais desembaraço, de lembranças e de histórias de vida; fontes iconográficas, de registros pessoais, de diários, cartas e romances. Pesquisadoras escreviam na primeira pessoa. Assumia-se, com ousadia, que as questões eram *interessadas*, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança. (Louro, 1997, pág. 19).

Essas mudanças evidenciam a inviabilidade da ciência ser neutra. O interesse, a subjetividade, os desejos e sentimentos são assumidos num processo que envolve a chegada de uma nova categoria de análise: gênero.

Da mesma forma, a memória também se apresenta como uma categoria que se vale de sentimentos, desejos e subjetividades. Assim, trabalhar com a memória, através da metodologia da História Oral, é assumir uma certa noção e uma compreensão da ciência, que desconsidera uma única possibilidade para a verdade. Quanto ao conhecimento, ele também é relativizado, o que nos faz reconhecer suas limitações, além de entendê-lo “a partir de suas circunstâncias, dos sujeitos e dos lugares sociais dos que o elaboram e divulgam”⁸. Além disso, a História Oral “vai ao subsolo em busca do não dito e das interdições, ultrapassando o discurso instituído, os textos oficiais, os conhecimentos ditos científicos” (Ibidem, p. 156). Foram esses os motivos que me aproximaram da História Oral, trazendo-a para este artigo que apresenta um projeto de doutorado em andamento.

Sarlo (2007) chama atenção para a oposição entre as versões acadêmicas do passado, baseadas nos métodos e técnicas da História e aquela que provém do senso comum. Para ela,

As modalidades não acadêmicas de texto encaram a investida no passado de modo menos regulado pelo ofício e pelo método, em função de necessidades presentes, intelectuais, afetivas, morais ou políticas. (...) Garantem um sentido, e por isso podem oferecer consolo ou sustentar uma ação.⁹

Esses relatos de passado, cujos objetivos envolvem dar sentido ao presente, se entrelaçam com as definições que a memória tem recebido em algumas reflexões. Para Jacy Alves,

8 Teixeira, Inês. História Oral e Educação. 2004, p. 155

9 SARLO, Beatriz. Tempo passado. 2007, p. 14



A memória é ativada visando, de alguma forma, ao controle do passado (e, portanto, do presente). Reformar o passado em função do presente via gestão das memórias significa, antes de mais nada, controlar a materialidade em que a memória se expressa (das relíquias aos monumentos, aos arquivos, símbolos, rituais, datas, comemorações ...) Noção de que a memória torna poderoso (s) aquele (s) que a gere (m) e controla (m). (SEIXAS, 2004, p. 42).

Atenta para a possibilidade de existirem desejos (provavelmente inconscientes) das feministas em “controlar” sua memória, devemos considerá-las através das relações que os movimentos apresentam e reivindicam. Concordando com Bosi, penso ser a memória dessas mulheres:

um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado. Ela é o intermediário informal da cultura, visto que existem mediadores formalizados constituídos pelas instituições (a escola, a igreja, o partido político, etc) e que existem a transmissão de valores, de conteúdos, de atitudes, enfim, os constituintes da cultura (BOSI, 2003, p. 15).

Nesse sentido, torna-se importante a reflexão em torno das memórias dos movimentos feministas contribuindo, assim, com o campo dos estudos de gênero. Espero que estas reflexões e questionamentos possam revelar subjetividades acrescentando à produção de conhecimento outras formas de envolver a mulher como sujeito do processo histórico.

BIBLIOGRAFIA

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória. Ensaio de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução. IN: _____ e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. RJ: Elsevier, 1997.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade?. IN: _____; SILVA, Tomaz Tadeu e WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2007. 7ª ed.

KOFES, Sueli & PISCITELLI, Adriana. Memórias de “Histórias femininas, memória e experiência. Cadernos Pagu. Vol. 8/9. 1997. Págs. 343-354.

LOURO, Guacira. Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Conhecer, pesquisar, escrever... Comunicação apresentada na V Anped Sul. Curitiba. Abril, 2004. Disponível em http://www.geerge.com/anpedinha_gua.htm. Acesso em 22/03/2007.

_____. Gênero: questões para Educação. IN: BRUSCHINI, Cristina, UNBEHAUM, Sandra. (orgs) Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Ed. 34. 2002. Pág.225-242.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Projeto História. São Paulo, (17) nov.1998



RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. Cadernos Pagu. Vol. 11, 1998. Págs 89-98.

_____. Reinvenções de si no feminismo da diferença. Labrys. Estudos Feministas (Online), v. 14, p. 22, 2008.

SARLO, Beatriz. Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SCOTT, Joan. História das mulheres. IN: BURKE, Peter (org). A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

----- . Prefácio à Gender and politics of History. Cadernos Pagu. Vol. 3, 1994. Págs. 11-27

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. IN: ----- (org). Identidade e diferença: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 7ª ed.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. RJ: Elsevier, 1997.

_____. História das mulheres e história de gênero. Cadernos Pagu. Vol. 11, 1998. Págs 77-87.

----- e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. Revista Brasileira de História. Dez. 2007, vol. 27. Nº 54.

----- Zombaria como arma anti-feminista: instrumento conservador entre libertários. IN: Estudos Feministas, Florianópolis, 13(3): 320, setembro-dezembro/2005.

TEIXEIRA, Inês de Castro. História Oral e Educação: virtualidades, impregnações e ressonâncias. Anais do 12º Encontro de Didática e Prática de Ensino de 2004, Curitiba, PR, Editora Universitária Champagnat, 2004, v.1, pág 153-165

VAITSMAN, Jeni. Gênero, Identidade, Casamento e Família na Sociedade Contemporânea. IN: Rose Marie Muraro; Andrea Brandão Puppim. (Org.). Mulher, Gênero e Sociedade. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumerá, 2001.